



Número: **0806718-58.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **09/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VALDERI TRINDADE (AUTOR)		LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
72238705	19/08/2021 08:49	2723285_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Documento de Comprovação



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORO/RN

Processo n.º 08067185820208205106

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VALDERI TRINDADE**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DAS INDENIZAÇÕES JÁ RECEBIDAS EM RAZÃO DE SINISTROS DIVERSOS

Inicialmente, deve-se sopesar, ainda, o fato de a parte autora ter recebido outras indenizações relativas ao seguro DPVAT, cujo processos passam a ser listados:

Data do sinistro: 29/12/2014 – Processo administrativo nº 3150219617, tendo sido pago R\$ 1.687,50, relativo à invalidez de ombro direito, em 50%, mais R\$ 3.850,00 nos autos do processo judicial nº 0802888-26.2016.8.20.5106, após laudo judicial apontar invalidez de 50% do ombro direito e 25% da estrutura craniofacial.

Data do sinistro: 12/06/2015 – Processo administrativo nº 3160040508, tendo sido pago R\$ 843,75, relativo à invalidez de ombro esquerdo, em 25%.

Sinistro atual: 08/07/2019 - Processo administrativo nº 3190615243, tendo sido pago R\$ 843,75, relativo à invalidez de 25% do cotovelo direito.

Data do sinistro: 28/09/20020 – Processo administrativo nº 3210135491, tendo sido pago R\$ 3375,00, relativo à invalidez de pé esquerdo, em 50%. Cumpre informar os autos do processo judicial nº 08074483520218205106 referente ao sinistro em questão encontra-se aguardando realização de perícia judicial.

Logo, considerando o limite máximo indenizável de R\$ 13.500,00, devem ser observados os valores já recebidos em decorrência de outros sinistros, de maneira que eventual condenação da Ré, não poderá ter valor superior à diferença entre o teto legal e o somatório das indenizações já recebidas.

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.



Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MOSSORO, 18 de agosto de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA
11929 - OAB/RN

